

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 6 DE OUTUBRO DE 2008**-----

-----Aos seis dias do mês de Outubro de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Baptista e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha justificou a sua falta à reunião anterior, também por motivo de férias, que foi aceite.--

-----  
-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que disse que o Vale Virgo, no troço que percorre dentro da cidade, está em parte canalizado e tapado e em parte a céu aberto e como para ele são canalizados alguns esgotos domésticos, a ribeira sofre graves problemas ambientais.-----

-----Porque a situação tem de ser resolvida, a Câmara deve programar uma obra de fundo e acabar com os esgotos a desaguar na ribeira. Até lá deve, provisoriamente, tapar as zonas que causam mais mal-estar à população, como acontece na Rua de Moçambique, em que a situação é insuportável. Não sendo a solução ideal para resolver o problema, mas considera-se aceitável a título provisório.-----

-----A mesma Vereadora pediu informação se, em relação às questões colocadas por um grupo de moradores em Fazendas de

Almeirim numa reunião pública, já foram tomadas medidas ou analisado o caso e quando começa o alcatroamento das ruas perto do Cemitério.-----

-----Referiu também a Sr<sup>a</sup> Vereadora o seu descontentamento pelo controlo qualidade da água em Almeirim e salientou que, mais uma vez, sai o Relatório do IRAR referente a dois mil e sete e, mais uma vez, a Câmara Municipal de Almeirim destaca-se pela negativa, agora só no meio de três concelhos, pelas mesmas razões que vem a ser mencionado há muitos anos: Os dados sobre a análise da qualidade da água que foram enviados ao IRAR, foram fora de prazo e sob pressão deste Instituto e indicam que existem trezentas e trinta e duas análises em falta, e doze acima dos parâmetros máximos autorizados na Lei. E é legítimo questionar se as análises não enviadas não foram de facto feitas ou se não foram enviadas ao IRAR por ultrapassar os valores permitidos e denunciarem que a água não estava nas condições exigidas na Lei.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos solicitou ao Presidente da Câmara parecer jurídico sobre as implicações da revisão do regime jurídico da carreira de veterinário municipal no curso de provimento que se encontra ainda aberto (há mais de quatro anos). E acrescentou não perceber qual o impacto da futura reforma da carreira de veterinário municipal com a situação vigente a esta altura. Inquiriu como pode uma lei que não foi ainda aprovada/publicada poder prejudicar o concurso aberto há quatro anos. Porque a situação não lhe parece linear, solicitou informação, via Portal do Governo, sobre a referida carreira.-----

-----O mesmo Vereador lembrou que um grupo de moradores em Fazendas de Almeirim, há cerca de um mês ter reclamado contra a falta de alcatroamento e iluminação, a que se referiu a sua colega há pouco, e também ter reclamado contra a instalação de uma suinicultura que está a poluir os poços e lençóis freáticos. Quer, por isso, saber qual o ponto da situação, quanto ao encerramento da exploração, que não está licenciada para o

número de animais que comporta.-----

-----Ainda o mesmo autarca alertou para o facto dos moradores do Bairro da Tróia se queixarem dos contentores de resíduos sólidos urbanos se manterem sujos, bem como as ruas, e perguntou quando foi a última vez que os contentores foram objecto de limpeza e desinfeção.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos aproveitou a oportunidade para fazer oferta de um conjunto de livros a ser distribuído pelas Bibliotecas, subordinado ao tema "Cem anos de Aviação Civil".-----

-----Disse aproveitar o ensejo, já que o Sr. Presidente manifestou alguma disponibilidade para aprender direito autárquico, para lhe oferecer uma publicação sobre legislação autárquica actualizada.-----

-----Referiu o mencionado autarca que a Câmara aprovou um empréstimo, especificamente para construção do Centro Escolar de Almeirim, pelo que pensa que será necessário anular o procedimento relativo ao referido empréstimo, dadas os mais recentes desenvolvimentos em relação à obra.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que há três ou quatro meses tinha feito uma pergunta sobre se o Centro Escolar cabia naquele terreno e o Sr. Presidente confirmou que sim. Qual não é a sua surpresa quando, depois da resposta que recebeu há alguns meses, verifica que afinal houve engano. A Diâmetro fez um grande favor ao Senhor Presidente ao assumir toda a responsabilidade, e enganar no projecto. Estranho que não tenham sido detectadas na fase de concurso. Fico séptica perante tudo isto e convicta que ainda viremos a saber a verdadeira razão da proposta de queda do concurso público apresentado pela maioria PS.-----

-----E disse esperar que em relação ao Centro Escolar de Fazendas, não venha a Diâmetro dizer a mesma coisa. Também em relação a esse, a CDU levantou na reunião de Câmara dúvidas por considerar o terreno pequeno, com pouco espaço para o edifício e recreio para as crianças.-----

-----Salientou, por último, o Sr. Vereador Pisco dos Santos, que volta a insistir, talvez pela décima quinta vez, que ainda não lhe foi entregue o movimento do Pessoal da ALDESC, que solicitou há onze meses; e pretende saber se já foi feita a liquidação da mesma empresa, acrescentando que, perante a falta de informação, não sabe o que é que a Câmara esconde.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário leu a sua comunicação, do seguinte teor:-----

-----“1 - Só Agora?-----

-----Dois de Outubro de 2008 ' O Mirante' on line.-----

-----'Sete municípios da Lezíria reclamam igualdade de tratamento.-----

-----Os sete municípios da Lezíria do Tejo que não foram compensados pela deslocalização do novo aeroporto da Ota para Alcochete reclamam igualdade de tratamento relativamente aos restantes municípios da Lezíria e os do Alentejo. Estes últimos beneficiaram por tabela de fundos extraordinários concedidos pelo Governo.-----

-----Tudo começou quando os municípios alentejanos souberam que os 4 municípios ribatejanos (Azambuja, Cartaxo, Rio Maior e Santarém), para além de serem beneficiados pelo Governo com um pacote de investimentos avultado, ainda vão receber mais dez milhões de euros para além do montante que lhes estava atribuído através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).-----

-----Os municípios alentejanos alegaram que a unidade territorial (NUT) da Lezíria do Tejo teve um acréscimo financeiro extraordinário para investimento e reclamaram um aumento dos seus montantes na mesma percentagem. A CCDRA concordou com a justiça da alegação e cedeu às pretensões dos municípios alentejanos.-----

-----De fora do bolo ficaram os sete municípios da Lezíria do Tejo que não receberam compensações no âmbito do novo aeroporto. Por isso reclamam agora pela reposição da justiça. 'Os

municípios alentejanos consideram que a Lezíria do Tejo foi beneficiada em dez milhões de euros, o que não é verdade. Apenas quatro municípios o foram. O que nós queremos é não ser discriminados e receber um acréscimo na mesma percentagem que os municípios alentejanos o foram', explica o presidente da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) e da Câmara de Almeirim, José Sousa Gomes (PS).-----

-----O autarca diz que se a CCDR Alentejo acolher as suas reclamações, isso poderá resultar num encaixe de cinco e meio milhões de euros para distribuir pelos sete municípios da Lezíria do Tejo - Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos - que ficaram de fora das compensações. Para esta quarta-feira estava agendada uma reunião entre autarcas e responsáveis da CCDRA para debater a questão.'-

-----Há quanto tempo se falou das compensações? Porque que só agora no fim do bolo estar distribuído é que o Sr. Presidente se lembrou que ficou de fora com os colegas dos sete/quatro/três municípios que também estiveram este tempo todo a dormir.-----

-----Há aqui uma vez mais a falta de liderança, de trabalho e capacidade para atrair investimentos para o nosso Concelho.-----

-----É mais uma consequência da falta de liderança e de organização da CULT, completamente esfrangalhada após a má condução do processo das Águas do Ribatejo que motivou o afastamento das autarquias a norte do Tejo.-----

-----Uma consequência foi a de que os municípios do Cartaxo e de Santarém não quiseram ter nada a ver com o nosso, daí o nosso afastamento.-----

-----Com a mudança do aeroporto para Alcochete foram contemplados os municípios de Benavente, Coruche e Salvaterra, ficaram de fora Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Golegã, esta última também de fora das Águas do Ribatejo, por vontade própria.-----

-----Se isto não é reflexo de uma desorientação total, é o quê? Mas como é possível que municípios como Salvaterra, Benavente e

Coruche que ficam com todos os benefícios do novo aeroporto de Alcochete venham agora pedir compensações por o aeroporto não ficar na OTA? isto vale mesmo tudo!-----

-----A não ser a PRISÃO de ALMEIRIM mais nada se consegue para a nossa terra e quando os outros conseguem grandes investimentos para os seus concelhos, porque trabalham e têm Capacidade, vêm os que dormem depois pedir/reivindicar também algumas migalhas.-

-----2 - Sobre a proposta de anulação do Concurso para o Centro Escolar.-----

-----Fico de facto surpreendido com o sigilo deste fracasso. Como é que é possível, passada uma semana, não haver um órgão de comunicação social que tenha noticiado o assunto, a não ser "O Ribatejo"?-----

-----Quero felicitar o sr. Presidente por esta manobra. Penso que só nesta terra é possível "abafar" um fracasso como o que foi cometido.-----

-----Será que ninguém foi responsável?-----

-----Os únicos não responsáveis por este "crime" sou eu, a Sr<sup>a</sup> Vereadora da CDU e o Sr. Vereador da PPD/PSD-----

-----•O atraso desta obra que causa danos irreparáveis na educação das crianças em Almeirim.-----

-----•O aumento de custos da obra, contas por alto, mais de setecentos mil euros.-----

-----•A possível perda do financiamento comunitário ou a sua insuficiência para realizar a obra.-----

-----•Os dinheiros gastos na publicidade desta obra são-nos debitados. Parece-me que de primeiros passámos a últimos.-----

-----Isto é, foram prejudicados seriamente os interesses legítimos da população, e em especial das crianças de Almeirim, tornando o nosso concelho mais pobre, mais carenciado e seriamente prejudicado, unicamente pela teimosia, na defesa dos interesses particulares em detrimento do interesse publico municipal.-----

-----Há aqui claramente uma situação em que autarcas infringiram regras de ordem técnica, deveres objectivos de cuidado e de que

resultam graves prejuízos para os munícipes de Almeirim. Há aqui uma imposição de elevados custos para os munícipes, danos que resultam da acção cometida por autarcas no exercício das suas funções.-----

-----Houve aqui danos que resultaram de omissões e acções cometidas com dolo, com diligência e zelo inferiores àqueles a que se encontravam obrigados os autarcas em razão do cargo que exercem.-----

-----Para além de deverem assumir os prejuízos patrimoniais causados há responsabilidades de ordem política que deviam assumir, em nome da ética, do rigor, da transparência e da dignidade da função de autarca, os senhores não tem condições para exercerem a vossa função por isso deviam tomar a única decisão que diferencia o Homem dos outros seres vivos. Sei que não a tomam falta coragem para isso, mas acredito que, ainda, estamos num Estado de Direito!-----

-----3 - Acta de vinte e um de Julho de dois mil e oito.-----

-----Esta acta tem a sua aprovação agendada para hoje. Foi no dia vinte e um de Julho que foi aprovada, por este Executivo, com os votos contra e de vencido da CDU, do PPD/PSD e o meu, a controversa Tarifa de Disponibilidade que, começou a ser cobrada em Agosto de dois mil e oito.-----

-----Ora, esta decisão só pode ser aplicada após a aprovação da acta, coisa que provavelmente se verificará hoje. Tenho sérias dúvidas de que não mereceria a aprovação da Assembleia Municipal, após a revisão do Regulamento de Águas que rege o Concelho.-----

-----"As actas só se tornam definitivas e executórias (só têm eficácia externa) depois da sua aprovação."-----

-----A Lei das Finanças Locais só prevê Taxas e Preços, actualmente não existem Tarifas.-----

-----Portanto, esta "Tarifa" tem sido cobrada irregularmente.---

-----4 - Localização do Centro Escolar das Fazendas de Almeirim.-----

-----Porque considero esta localização, já aprovada no

Executivo, uma asneira ainda remediável, solicito que promova uma deslocação de todo o Executivo ao local e locais alternativos, a fim de debater com seriedade o assunto. A localização de Centro Escolar das Fazendas é muito má.-----  
-----Deveremos corrigir a asneira enquanto é tempo.”-----  
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício ilustrou a sua intervenção sobre a prisão, com a projecção de imagens da Herdade dos Gagos no seu estado actual de arborização.-----  
-----O Sr. Presidente disse que não vai aqui responder ponto por ponto e muitas das intervenções são meras questões de ordem política que mais não fazem que procurar ferir a sua imagem política.-----  
-----E disse o Sr. Presidente, sobre as questões concretas apresentadas:-----  
-----O facto do projecto do Centro Escolar de Almeirim não caber no terreno, nunca aqui foi dito que não cabia no terreno, apenas se falou da propriedade do terreno, tendo na altura dado as explicações quanto à sua proveniência.-----  
-----A anulação do concurso actual não tem qualquer influência no processo de candidatura aos fundos comunitários já que foi candidatado pelo valor máximo e o valor da proposta era inferior.-----  
-----Quanto à compensação com que os Municípios de Benavente, Coruche e Salvaterra, estes não foram contemplados com compensações, se se queixam é porque o aeroporto os vai prejudicar no desenvolvimento do Concelho, em especial Benavente.-----  
-----No que refere à empresa Águas do Ribatejo, se algum Município não beneficiou com o processo, foi Santarém e Cartaxo que, saindo, perderam a sua quota-parte do financiamento e Almeirim beneficiou dos fundos perdidos por esses municípios.---  
-----A tarifa de disponibilidade da água foi uma estratégia da Associação Nacional de Municípios e a Câmara de Almeirim está a segui-la, como outras Câmaras.-----  
-----No concernente à localização do Centro Escolar de Fazendas



de Almeirim, a Sr<sup>a</sup> Vereadora referiu de forma bem mais leve do que o fez em reuniões anteriores e que consta das Actas, em que falava de negociata com o Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas e seus familiares. Já foi aqui resolvido e se mudar de localização obriga a alterar o projecto.-----

-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Sandra Isabel Alcobia Roque, trezentos e um de dois mil e sete; e Rafael Vargas Jara, noventa e quatro de dois mil e oito.-----

-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido em sede de projectos globais, referente ao processo de obras a seguir indicado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Manuel das Neves Figueiredo, trinta e seis A de dois mil e cinco.-----

-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - Foi submetido a discussão o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, com o título: Ratificação da deliberação de pronúncia sobre a pretensão Governativa de proceder à 'suspensão parcial' do Plano Director Municipal de Almeirim, nos termos da alínea a) do número 2 do Artigo 100º do Decreto-Lei nº 316/2007, que altera a republica o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a presença das respectivas plantas.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha pediu "que este ponto seja retirado porque não se ratifica um acto nulo. Segundo o número 1

do Artigo 133º do Código do Procedimento Administrativo, como o Sr. Presidente não forneceu documentos fundamentais para a deliberação, afirmou ainda a Vereadora que não se pode deliberar a suspensão parcial de um PDM sem ter as plantas que localizam e definem os limites da parcela de território do Concelho que está em causa. Ora, estas plantas não foram fornecidas na reunião onde esta suspensão foi deliberada, e eram documentos essenciais para fundamentar a decisão. Daí o meu voto de vencido e o facto de afirmar que o acto foi nulo e não pode hoje ser ratificado.--

-----Em segundo lugar, o Governo ainda não declarou o interesse público do empreendimento e não auscultou a Câmara sobre esse interesse público do empreendimento, como obriga o Decreto-Lei nº 380/99. Então, quando vier o pedido, a gente discute.-----

-----Se avançarem, vai parar tudo na justiça. É de lei, o PS não pode ultrapassar os Decretos-Lei que ele próprio aprova e o PDM não pode ser tocado antes dos procedimentos prévios.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos santos secundou a sua colega no pedido de retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos, por uma questão de cumprimento da lei. E a reiterar o seu pedido invocou o teor do Artigo 137º nº 1 do Código do Procedimento Administrativo “Não são susceptíveis de ratificação, reforma e conversão os actos nulos ou inexistentes”.-----

-----E continuou o mesmo autarca que, quanto à Herdade dos Gagos, só viu a Resolução do Conselho de Ministros e tem de ser emitida a declaração do interesse regional ou nacional, para o que a Câmara não foi ouvida nem viu qualquer pedido a respeito. A corroborar as suas palavras invocou o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de oito de Julho de dois mil e oito, relativo ao PDM. E questiona se o Decreto-Lei nº 380/99 não deverá ser articulado com o Decreto-Lei nº 169/99, quanto à esfera de competências das autarquias.-----

-----O Protocolo celebrado com o Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça não foi aprovado pela Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim e há argumentos jurídicos contrários, por isso não pode votar a favor porque é contra o

estabelecimento prisional.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício formulou a mesma proposta que os seus colegas que o antecederam e invocou que a sua proposta para anulação da deliberação de suspensão do PDM de Almeirim por parte do Governo se encontra prejudicada pela proposta do Sr. Presidente constante do ponto dois, cujo debate decorre, e por isso retira a sua proposta constante do ponto três da mesma Ordem de Trabalhos. Igualmente se encontra prejudicada a sua proposta, constante do ponto quatro da Ordem do Trabalhos, para "desistência da Construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo".-----

-----O Sr. Presidente disse que o Sr. Vereador pode propor, mas o responsável é o Presidente, que tem uma palavra a dizer.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício reformulou a frase dizendo que propõe a retirada da Ordem de Trabalhos das propostas de sua autoria.-----

-----O Sr. Presidente disse que não concorda.-----

-----Foi discutido o direito do Vereador retirar as propostas que formulou.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua intervenção, do seguinte teor:-----

-----" Ó Sr. Presidente, mas o que é isto? Então V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> admite, passada uma semana, que afinal se enganou e faz de conta que não se passa nada.-----

-----Inclui, este ponto, na OT e o que é que espera de quem contestou a inclusão desse ponto na OT da semana passada?-----

-----V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> pretende ratificar um acto nulo?-----

-----Os actos nulos são insusceptíveis de ratificação, reforma, conversão ou revogação, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos. Essa nulidade pode ser invocada a todo o tempo, podendo ser declarada também a todo o tempo, por qualquer órgão administrativo ou por qualquer tribunal (art.ºs 134, n.ºs 1 e 2, 137, n.º 1, e 139, n.º 1, a, todos do CPA. (Acórdão do STA de quatro de Julho de dois mil e dois).-----

-----Desta vez manda-nos a solicitação do IGFIJ, com aspecto de

carta anónima e 2 plantas de localização e um ortofotomapa, errados e anónimos também, da sua cadeia, parecendo-me que desta vez pretende suspender o PDM para sessenta e sete, vírgula, zero seis hectares.-----

-----Então não eram quarenta e dois hectares?-----

-----Vamos falar dos mapas que nos foram entregues e tentar perceber melhor o que está em jogo.-----

-----Quero agradecer o empenhamento do Grupo de cidadãos pela defesa do Património Histórico-Cultural, Económico, Social e Ambiental da Ribeira de Muge, que na passada sexta, sábado e domingo recolheram os preciosos e rigorosos, dados que vos apresento:-----

-----Os mapas não têm título, não têm legenda, não têm escala, não têm orientação, nem tão pouco estão assinados.-----

-----A área delimitada não está proporcional em relação á área marcada no ortofotomapa.-----

-----Pelas medidas no terreno e as verificadas no mapa (admitindo que este estaria numa escala um por dez mil) há uma considerável magnificação do mesmo.-----

-----Logo não tem qualquer validade técnica ou científica, não poderão, obviamente, ser considerados.-----

-----Em relação ao local de implementação e zona a destacar do PDM:-----

-----Zona extremamente acidentada e irregular - prevenir para a possibilidade de a zona de implementação ser deslocada para uma zona mais plana e paralela à Ribeira de Muge. Esta possibilidade justificaria a elevada área a suspender no PDM.-----

-----É mentira que a zona seja pobre em sobreiros, a verdade é que as zonas de menor densidade são resultado directo da péssima gestão florestal que se tem verificado na herdade. A última intervenção (adensamento, plantação e desmatção) não teve acompanhamento nem continuação.-----

-----A zona é a mais bonita e conservada de todo vale da Ribeira de Muge - Convido todo o executivo e assembleia para fazer um passeio no local. Colocarei à disposição deste grupo, técnicos

devidamente formados para fazer uma explanação das variedades de paisagem, flora e fauna do local bem como para a biodiversidade onde estamos incluídos.-----

----- EM RELAÇÃO AO AMBIENTE HÁ QUE PENSAR GLOBALMENTE MAS AGIR LOCALMENTE.-----

-----• Actualmente os proprietários dos terrenos dentro da área onde o PDM foi suspenso, têm toda a legitimidade para dar uso ao terreno que não seja agrícola ou florestal.-----

-----Porque não podem construir uma vivenda naquele lugar maravilhoso?!!!-----

-----Sobreiros a abater:-----

-----Zona da Prisão-----

-----Área da Prisão - quarenta e oito hectares.-----

-----Densidade - oitenta sobreiros por hectare. (valor por defeito pois a densidade varia entre os oitenta e os cento e vinte sobreiros por hectare.)-----

-----e, quarenta e oito vezes oitenta, igual a três mil oitocentos e quarenta sobreiros adultos.-----

-----Esta área foi toda adensada mas não foram contabilizado os sobreiros novos pois o adensamento não foi acompanhado tecnicamente e muitos estão secos ou foram/são negligenciados pelos gestores.-----

-----Área onde o PDM será supostamente suspenso.-----

-----• Área - sessenta e sete, vírgula zero seis hectares.-----

-----Sobre este total retirar cinco hectares onde os sobreiros são novos e contados à parte.-----

-----sessenta e sete ,vírgula, zero seis menos cinco, igual a sessenta e dois, vírgula, zero seis hectares.-----

-----sessenta e dois, vírgula, zero seis vezes oitenta, igual a quatro mil novecentos e sessenta e cinco sobreiros adultos.-----

-----Nos dez hectares de novos sobreiros, considerar somente cinco hectares que é onde a área a suspender incide.-----

-----• Densidade oitocentos e trinta e três sobreiros por hectare. a uma taxa de sucesso de setenta por cento (o sucesso varia entre os setenta e os oitenta por cento e não é superior

pela má gestão praticada).-----  
-----Oitocentos e trinta e três vezes setenta por cento, igual a quinhentos e oitenta e três sobreiros novos por hectare.-----  
-----Cinco vezes quinhentos e oitenta e três, igual a dois mil novecentos e quinze sobreiros novos.-----  
-----No total da área a suspender o PDM: quatro mil novecentos e sessenta e cinco mais dois mil novecentos e quarenta e cinco, igual a sete mil novecentos e dez sobreiros.-----  
-----Não são nem trezentos nem dezassete mil, são exactamente sete mil novecentos e dez sobreiros, sr. Presidente.-----  
-----Um autêntico crime ambiental.-----  
-----Insiste, também, em remeter-nos para a pretensa informação jurídica do Dr. Vítor Batista, que se baseia numa lei que não existe, o D.L. 390/99 de 22 de Setembro, pura e simplesmente não existe, nem sequer se quis dar ao trabalho de mandar corrigir erro tão grosseiro.-----  
-----O Decreto-Lei n.º 390/99 é de 30-09-1999 e refere-se a valores limite e aos objectivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas.-----  
-----Provavelmente o sr. Jurista vai dizer que foi erro, querer referir o D.L. 380/99 de 22 de Setembro, que estabelecia "o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.-----  
-----Acontece que este também já foi revogado há muito tempo.---  
-----Actualmente está em vigor o Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, que revogou e alterou o Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.-----  
-----Que no caso concreto dos sobreiros não prevalece as normas deste Decreto-lei, como o senhor jurista devia saber, mas sim as constantes do Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de Maio - Estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira - que é o que aqui está em causa!-----  
-----O Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de Maio, estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira e de acordo com o previsto no seu Artigo 7.º "As disposições contidas no presente

diploma prevalecem sobre os regulamentos ou quaisquer normas constantes de instrumentos de gestão territorial." Isto é as disposições legais previstas neste diploma prevalecem sobre as normas do PDM.-----

-----De acordo com o estipulado no n.º 1 do Artigo 2.º "Em povoamentos de sobreiro ou azinheira não são permitidas conversões", sendo que no seu n.º 2, "Constituem excepção ao estabelecido no n.º 1 as conversões que visem a realização de:--

-----a) Empreendimentos de imprescindível utilidade pública.-----

-----Parece ser este o caminho que quer trilhar com a conviência do Governo, mas os requisitos para a determinação da Utilidade pública e projectos de relevante e sustentável interesse para a economia local estão consagrados no Artigo 6.º:-----

-----1 - As declarações de imprescindível utilidade pública e de relevante e sustentável interesse para a economia local dos empreendimentos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 2.º, competem ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao ministro da tutela do empreendimento se não se tratar de projecto agrícola e, no caso de não haver lugar a avaliação de impacte ambiental, ao Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.-----

-----2 - Para efeitos da emissão da declaração de relevante e sustentável interesse para a economia local prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º, os projectos dos empreendimentos são submetidos ao parecer do conselho consultivo florestal.-----

-----3 - Para efeitos do n.º 1 do presente artigo, o proponente deve apresentar:-----

-----a) Uma memória descritiva e justificativa que demonstre tecnicamente o interesse económico e social do empreendimento, a sua sustentabilidade e a inexistência de alternativas válidas quanto à sua localização;-----

-----b) A declaração de impacte ambiental quando esta for exigível.-----

-----Como facilmente se pode constatar não existe qualquer estudo técnico que demonstre o interesse económico e social do

empreendimento, nem sequer a sua sustentabilidade.-----  
-----Há várias alternativas válidas para a sua localização,  
nomeadamente em terrenos do Ministério da Agricultura.-----  
-----Mas ainda temos que deixar bem claro que conhecemos as  
nossas competências, nesta matéria:-----  
-----Nos termos do nº 1 do artº 69º "Os planos municipais de  
ordenamento do território são instrumentos de natureza  
regulamentar, aprovados pelos municípios".-----  
-----E de acordo com o nº 1 do artº 79º, os planos municipais de  
ordenamento do território são aprovados pela assembleia  
municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.-  
-----O Artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela  
Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro diz:-----  
-----3 - Compete à câmara municipal no âmbito consultivo:-----  
-----a) Emitir parecer, nos casos e nos termos previstos na lei,  
sobre projectos de obras não sujeitas a licenciamento  
municipal;-----  
-----6 - Compete à câmara municipal, no que respeita às suas  
relações com outros órgãos autárquicos:-----  
-----a) Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de  
autorização, designadamente em relação às matérias constantes  
dos n.ºs 2 a 4 do artigo 53º;-----  
-----No Artº 53º, 3 - É ainda da competência da assembleia  
municipal, em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de  
autorização da câmara municipal:-----  
-----b) Aprovar as medidas, normas, delimitações e outros actos,  
no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do  
urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei.-----  
-----Isto, como facilmente se constata é de competência  
exclusiva da Assembleia Municipal de Almeirim a "aprovação de  
medidas, normas, delimitações e outros actos, no âmbito dos  
regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e  
nos termos conferidos por lei". (cf. alínea b) do nº 3 do artº  
53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações  
introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----



-----O QUE ESTÁ EM CAUSA NÃO É UMA MERA EMISSÃO DE PARECER-----  
-----O que está em causa é a "destruição" económica, social e ambiental de Almeirim.-----  
-----O que está em causa é o futuro das populações de Almeirim, às quais querem impor um COLÓNIA PENAL - Será que alguém quer ir viver para junto de uma COLÓNIA PENAL?-----  
-----Nos termos da alínea a) do nº 3 do artº 64º Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, compete à câmara emitir parecer sobre obras não sujeitas a licenciamento municipal e sobre esta obra só pode ser NEGATIVO.-  
-----PORQUE prejudica, também, a imagem de Almeirim e torna impeditivo o seu desenvolvimento.-----  
-----PORQUE não estão determinados os elevados custos de construção dos acessos, saneamento do abastecimento de água e electricidade.-----  
-----PORQUE não estão avaliados os elevados custos ambientais e de destruição de toda a agricultura que se pratica naquela área da Ribeira de Muge.-----  
-----PORQUE ainda não foi explicado às populações de Marianos e Paço dos Negros o impacto negativo que sobre elas vai recair.---  
-----Porque não tem interesse para o concelho de Almeirim, não trás qualquer valor a nível nenhum, antes pelo contrário irá contribuir para aumentar o desemprego, a pobreza, a desertificação do concelho de Almeirim.-----  
-----Se bem que é verdade que já nos foram entregues mapas de localização, mas sem qualquer validade e que esta Reunião é pública falta ainda:-----  
-----A documentação necessária e fundamental, de acordo com o nº 2 do artº 87º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, com a ordem do dia "é entregue a todos os membros com antecedência sobre a data do início da reunião de, pelo menos dois dias úteis, enviando-se-lhes, em simultâneo, a consulta da respectiva documentação".-----  
-----A memória descritiva e justificativa que demonstre tecnicamente o interesse económico e social do empreendimento, a

sua sustentabilidade e a inexistência de alternativas válidas quanto à sua localização (alínea a) n.º 3 do art.º 6.º da Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de Maio), requisito essencial.-----

-----Como é sabido, quando os actos administrativos de gestão urbanística (que dão ao administrado o direito de poder realizar uma certa operação daquele tipo) são nulos, ficam sujeitos ao regime geral da nulidade dos actos administrativos previsto no art.º 134.º do C. P. A.-----

-----Já seria determinante da nulidade do acto de autorização a violação de normas do Regulamento do PDM que contem exigências ou que fixam determinados índices ou parâmetros objectivos a observar.-----

-----Ora, nesta parte, e não obstante as diversas menções negativas que temos que considerar como o impacte ao nível da paisagem, do património e do ordenamento, bem como com as acessibilidades e o aumento de tráfego, a violação normas regulamentares, a inobservância das condicionantes (designadamente o desrespeito pela zona de protecção legal da floresta violação das regras de uso e classificação dos solos, ou outros casos de violação de normas ou de standards imperativos do PDM.-----

-----Logo esta proposta deve ser retirada da O.T.-----

-----Se como vem sendo hábito, o sr Presidente ignorar estes argumentos e mandar passar à votação que, certamente lhe será favorável, a mesma deve merecer não só o nosso voto contra como a nossa clara oposição.-----

-----No caso de ser votada, solicito desde já que a acta seja aprovada por minuta, aliás já solicitado pelo sr. Presidente e solicito uma certidão, a fim de a enviar ao Procurador-geral da República.-----

-----Vou, de seguida, passar uma apresentação com alguns dados muito importantes recolhidos no passado fim de semana, no local onde se pretende construir a Prisão de Almeirim."-----

-----Esta dissertação foi seguida de exibição de slides comprovativos do estado actual da Herdade dos Gagos e do montado

que comporta, bem como da intervenção de limpeza na ribeira.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse:-----

-----"Não me sinto bem, propriamente, na questão da 'negociata'. Os meus rendimentos são públicos e não lhe admito que diga que eu faço qualquer negociata. Não estou disponível para continuar a ser ofendido nestas condições.-----

-----A intervenção foi feita de acordo com a CCDR e se a engenharia militar que executa muitas intervenções destas e a própria CCDR não sabem o que fazem, então o problema é de quem governa o país.-----

-----Quanto à gestão da Herdade dos Gagos, não tem nada a ver com o que era feito antes do Engº Bastos Martins ter tomado a seu cargo o aproveitamento racional dos recursos. Anteriormente, ninguém se preocupava saber quem punha lá os sacos de sal junto aos sobreiros para os matar. Agora que a gestão está a ser feita de forma exemplar é que aparecem reclamações. E não estou disponível para continuarem a imputar-me negociatas sem as provarem."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu que anualmente também entrega a sua relação de rendimentos ao Tribunal de Contas. E acrescentou, que se recorde, nunca incluiu o Vereador Pedro Ribeiro na autoria da negociata, o Sr. sabia tanto como os restantes sobre a cadeia e o Sr. reconheceu ao Mirante que, sobre a prisão, não sabia nada, mas estava de acordo.-----

-----O Sr. Presidente referiu que:-----

-----"O mail é proveniente do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, vem assinado por uma técnica daqueles serviços, o que é do conhecimento dos intervenientes, portanto, não é incógnito. Por outro lado, a Resolução do Conselho de Ministros declarava o interesse público. E as plantas remetidas não são anónimas, saíram do serviço de Informação Geográfica e tiveram a intervenção do topógrafo municipal; os ortofotomapas saíram do nosso serviço, que é sobejamente conhecido dos munícipes.-----

-----Na última reunião os Srs. Vereadores colocaram a questão

das plantas, para considerarem a deliberação nula. Agora temos os mapas e a reunião é pública, portanto, perante todos os elementos, a deliberação tem perfeito cabimento.-----

-----Segundo o que aqui foi dito, os sobreiros são metade do que foi invocado e não devem ser considerados tão valiosos como se afirma porque, na visita pelo local, vi algumas pessoas a fumar junto às árvores, logo, não estava em perigo nenhuma florestação de qualidade.”-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que não pediu a anulação só por falta dos mapas e pela reunião não ser pública, mas também pela falta da memória descritiva.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que para invocar a nulidade é suficiente a ausência de um documento essencial e foi ainda alegado que o documento do Ministério era anónimo porque não trazia logótipo nem assinatura. E acrescentou que a sua proposta é mais que uma proposta, é dizer que a proposta do Sr. Presidente não está em condições de ser votada, deve ser retirada porque não cumpre com a legalidade.-----

-----O Sr. Presidente submeteu a votação a retirada da Ordem de Trabalhos do ponto três - proposta do Sr. Vereador Francisco Maurício (de anulação da deliberação favorável à suspensão parcial do PDM de Almeirim, por parte do Governo), de que resultou a rejeição da proposta de retirada desse ponto, com três votos a favor, dos Srs. Vereadores Francisco Maurício, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e quatro votos contra, dos eleitos pelo PS.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que, se o ponto não é retirado, gostaria de intervir.-----

-----Perante o burburinho na sala, a mesma Vereadora disse ao Sr. Presidente que em vez de a mandar calar a si, devia mandar calar quem não tem legitimidade para se pronunciar.-----

-----E acrescentou:-----

-----“É engraçado aparecer aqui hoje a cartografia que deveria ter aparecido na anterior reunião, e não vem identificada mas é justificada como oficial. Na planta agora apresentada, vê-se que

o Senhor Presidente está a "tentar fugir com o rabinho, não à seringa, mas aos sobreiros. Anda-se a passear com a prisão mais acima, mais para o lado, como convém. As violações de lei neste processo não são muitas, são muitíssimas, e eu continuo a dizer que o processo não está em condições de avançar.-----

-----A CDU já determinou que estava contra a localização da prisão naquele lugar. Para além das nossas opiniões, há procedimentos legais a seguir em todos os processos. O Governo não determinou previamente interesse público/nacional deste empreendimento neste lugar. A Resolução do Conselho de Ministros reconhece o interesse público da empreitada, o que é diferente, porque quis avançar com o concurso público, antes da aprovação da nova Lei do Código dos Contratos Públicos. Mas o interesse da prisão naquele lugar nunca foi determinado e a Câmara Municipal de Almeirim nunca foi ouvida para essa decisão. A partir daí todo o processo está inquinadíssimo. Outro dado fundamental é se não há outro sítio para pôr a prisão, neste país.-----

-----Na reunião havida em Paço dos Negros foi dito que as autarquias se esgatanharam para conseguir a prisão. Se eram tantas as interessadas, só prova que há outros locais para a implantar. Perguntei porque não ia para a Azambuja, tal como esteve determinado, e foi-me respondido que havia um problema com uma linha de água e a passagem do TGV. Mas quanto a linha de água aqui ainda é pior, dado as quotas do terreno, ou se vai arrasar tudo, com efeitos arrasadores para as linhas de água, ou se constrói em socolcos, ou que levanta problemas de segurança para uma prisão.-----

-----É interessante ver todas as ilegalidades nos procedimentos com a cobertura de todos os eleitos socialistas, desde a freguesia até ao município e passando pelo governo. O Sr. Presidente tenta fugir a uma maior densidade de sobreiros mas o número de árvores ainda é significativo e a lei de protecção aplica-se até a um único sobreiro. O impacto da obra no terreno vai afectar todo o resto do montado e não houve estudo de Impacte Ambiental. O interesse nacional ou regional não foi

demonstrado, o Sr. não pode levar a votação uma deliberação nula, porque carece de elementos fundamentais.-----  
-----A CDU é contra e devo dizer que estes actos vão seguir para as entidades judiciais responsáveis."-----  
-----De seguida, o Sr. Presidente submeteu a votação a 'Ratificação da deliberação de pronúncia sobre a pretensão governativa de proceder à suspensão parcial do Plano Director Municipal de Almeirim, nos termos da alínea a) do nº 2 do Artigo 100º do Decreto-Lei nº 316/2007, que altera e republica o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a presença das plantas respectivas', de que resultou a sua aprovação por quatro votos, dos eleitos do Partido Socialista, com três votos contra dos Srs. vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos, todos com votos de vencido.-----  
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----  
-----"Voto contra e faço Voto de Vencido, por tudo o que afirmei anteriormente e porque acho que este acto só pode ser nulo. O pedido do IGFIJ é anónimo, ao mapas estão errados e são anónimos e verifica-se uma ausência total da memória descritiva e justificativa que demonstre tecnicamente o interesse económico e social do empreendimento, a sua sustentabilidade e a inexistência de alternativas válidas quanto à sua localização, requisito essencial."-----  
-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou:-----  
-----"Voto contra e faço voto de vencido à ratificação da deliberação acima referida, por considerar que a referida deliberação consubstanciou um acto nulo, segundo o nº 1 do Artigo 133º do Código do Procedimento Administrativo, devido à falta de elementos essenciais para o acto, tornam o acto nulo, e não se ratifica um acto nulo segundo o artigo da CPA.-----  
-----Ora, tal como disse aquando da deliberação que agora se pretende ratificar, entre outros elementos fundamentais, faltava a planta de localização, documento que é, de facto, fundamental quando estamos a falar da suspensão parcial do Plano Director

Municipal.-----

-----Se a suspensão é parcial refere a uma parcela do território concreta e delimitada e isso, sem planta, poderia ser aplicado a qualquer sítio do Concelho. Aliás, tal como referi nessa reunião, não sabíamos quantos hectares do PDM, em concreto, estávamos a suspender e, como se pode constatar, os hectares a que se pretendem suspender as regras do PDM, são bem superiores àqueles que o Sr. Presidente afirmou na reunião de Câmara.-----

-----Voto contra e faço voto de vencido por considerar que o procedimento inicial e fundamental para que tudo o resto venha a ocorrer não ocorreu, isto é, o Governo não determinou o interesse nacional ou regional do empreendimento neste local e não ouviu a Câmara Municipal de Almeirim sobre esse interesse, matéria a que era obrigado por lei.-----

-----Voto contra e faço voto de vencido por considerar o empreendimento violador de um conjunto de leis relativas à protecção do montado, atribuição de fundos comunitários, etc, e sobretudo, porque o empreendimento vai contra o meio ambiente e contra os interesses da população das duas aldeias mais próximas, Paço dos Negros e Marianos e de todo o Concelho de Almeirim."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido por entender que uma deliberação que é nula é insusceptível de ser ratificada. Para que não restem dúvidas sobre as minhas palavras, passo a citar Mário Esteves de Oliveira in Comentário ao Código do Procedimento Administrativo relativo ao Artigo 137º nº 1, que refere:-----

-----'A insusceptibilidade de ratificação, reforma ou conversão de actos nulos ou inexistentes era tida, no direito administrativo, como uma impossibilidade jurídica, não uma determinação ou proibição legal, como agora aparece no Código. Mas é muito mais seguro trabalhar a partir das soluções legais (que são inequívocas) do que de verdades dogmáticas daquelas, pois, na prática, nada impediria que o acto nulo também pudesse

ser objecto de sanação, como o é o acto anulável - o que aliás, sucede no direito civil, quanto à redução e conversão de actos nulos.'-----

-----E, por isso, considero esta deliberação nula, pelo que o executivo não podia ratificar a deliberação, que padece de vício de forma, ilegalidade que acarreta a sua nulidade.-----

-----A par disso, considero que o regime previsto no Decreto-Lei nº 380/99, no seu Artigo 100º nº 2.-a), deve ser conjugado com a Lei nº 169/99, designadamente o Artigo relativo às competências da Assembleia Municipal, onde prevê que a Assembleia Municipal tem competências na área do planeamento e gestão do ordenamento do território.-----

-----Em reforço do que acabo de referir veja-se o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de dezoito de Junho de dois mil e oito, que até foi unânime por parte dos meritíssimos Juízes, ao considerarem que os actos de ratificação nesta matéria de ordenamento do território, implicam a audição da Assembleia Municipal.-----

-----A par disso, considero que esta promessa relativa à construção do Estabelecimento Prisional deveria respeitar os procedimentos em legislação específica relativa ao montado de sobro, que tem algumas particularidades procedimentais que não foram devidamente salvaguardadas.-----

-----Por último gostaria de referir que a construção do Estabelecimento Prisional em nada contribui para o desenvolvimento económico e social do Concelho de Almeirim, e em especial das populações de Paço dos Negros e Marianos.-----

-----A maior fonte de riqueza para aquelas populações, além do montado de sobro, é a riqueza paisagística e ambiental, que urge ser defendida.-----

-----O PSD considera que uma matéria desta natureza deveria ter merecido um diálogo aberto e transparente entre os órgãos com responsabilidades nesta matéria e ouvindo as populações em consulta pública, o que não ocorreu.-----

-----Daí pergunta que deixo: Se alguma vez o Estabelecimento



Prisional avançar, se é isto que querem da nossa terra, em vez de sermos conhecidos pela sopa de pedra, pelo melão e pelo vinho, ser conhecidos pela prisão.”-----

-----O Sr. Presidente leu a declaração de voto subscrita por todos os eleitos do Partido Socialista na Câmara, do seguinte teor:-----

-----“O nosso voto favorável justifica-se pelas seguintes razões:-----

-----Respeito pelo voto unânime da Assembleia de Freguesia de Fazendas , de cedência do terreno em direito de superfície, como sinal de aprovação do projecto;-----

-----Respeito pelo ‘Interesse Público’ manifestado pelo Governo para este projecto, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 112-B/2008;-----

-----Em defesa de um investimento para o Concelho de cerca de sessenta milhões de euros.”-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----  
-----

-----PDM - PROPOSTA DE ANULAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE SUSPENSÃO PARCIAL, POR PARTE DO GOVERNO - O Sr. Presidente fez a introdução da proposta cujo agendamento o Sr. Vereador Francisco Maurício pediu, para anulação da deliberação favorável à suspensão parcial do PDM de Almeirim por parte do Governo.-----

-----O Sr. Vereador proponente disse que se tivesse conhecimento da Ordem de Trabalhos não tinha apresentado este documento. Apesar do que o Sr. Presidente poderia ter aproveitado a citada proposta, tirando partido dela. Como a deliberação já foi ratificada, cabe-lhe retirar a sua própria proposta.-----

-----O Sr. Presidente disse que só incluiu os pontos propostos pelo Sr. Vereador porque não queria ser acusado de não os incluir. Disse ter achado engraçado ser feita a invocação de alguns Artigos do Decreto-Lei nº 169/99 mas ignora que, para uma reunião ordinária, o Vereador deverá apresentar as suas propostas no prazo de cinco dias, o que não foi respeitado. Também na invocação da legislação há erro, com a referência à

lei das finanças locais.-----  
-----O Vereador proponente justificou o seu lapso e reafirmou que o mérito da sua proposta está prejudicado.-----  
-----O Sr. Presidente submeteu a votação a retirada da proposta, o que foi aprovado por unanimidade.-----  
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício retirou a sua proposta atrás invocada, bem como a constante do ponto quatro da Ordem de Trabalhos "para desistência da Construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo", acrescentando que responderá na próxima reunião.-----  
-----O Sr. Presidente comentou que "O Sr. Vereador retirou as duas propostas pela porcaria que elas representam."-----  
-----O Sr. Vice-Presidente disse que, atendendo a que parece que a legislação está mal invocada, o que só demonstra que qualquer se pode enganar, e que somos humanos, não tem nada contra.-----  
-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha concordou e acrescentou que "nenhum de nós ganha umas centenas de contos para avença jurídica."-----  
-----  
-----AQUISIÇÃO DE TERRENOS - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta com vista à aquisição aos Herdeiros de Guilherme Botas, Maria Pereira Alves, Rui Guilherme Pereira Alves Coelho e João Nuno Pereira Alves Coelho, de uma parcela de terreno com quatro mil trezentos e vinte e cinco metros quadrados sita na Rua Marechal Carmona em Fazendas de Almeirim, a destacar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número 2213 de Fazendas de Almeirim. O preço do terreno acordado será de duzentos e dezanove mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos e corresponde ao preço da área de três mil quinhentos e treze metros quadrados, sendo a restante doada, conforme disposição do falecido proprietário do terreno, a fim de ser transmitida à Associação Desportiva Fazendense para aí construir a sede do clube.-----  
-----O terreno objecto de compra e destinado ao município é destinado à construção da Casa da Cultura de Fazendas, à Praça

Fronteira e a três lotes projectados para vivendas, a vender com o fim de rendibilizar o investimento.-----

-----Com destino a encetar o ordenamento urbano desta zona da vila de Fazendas de Almeirim, a Associação Desportiva Fazendense cederá ao Município o espaço que possui para a sua sede e as duas entidades firmarão contrato-promessa pelo qual o Município se obriga à construção da sede do clube, em permuta com o terreno recebido.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que os elementos remetidos aos Vereadores foram tão pouco claros que nem permitiram reflectir cabalmente nem discutir o assunto com a coligação que representa.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que tem dúvidas, algumas já respondidas e concorda que a sede da Associação desportiva Fazendense se situe junto ao seu campo de futebol. Mas já tem dúvidas que o preço indicado seja para pagar aos donos do terreno. Na sua opinião a sede do Fazendense, o Centro Escolar e a Casa da Cultura deviam ficar à esquerda do Cemitério.-----

-----Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----"Voto a favor da compra fazendo fé nas explicações dadas oralmente na reunião pelo Sr. Presidente e Vereador Pedro Ribeiro. Lamento, no entanto, que os documentos enviados para preparação da reunião não tenham sido suficientemente explícitos para chegar já com uma ideia do que ia votar. Espero não vir, posteriormente, a ter conhecimento de dados que venham contrariar o que aqui me foi explicado pelo Senhor Presidente e vereador Pedro, até por considerar que esta aquisição representa uma melhoria da actividade -----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----"Voto a favor porque entendo que a aquisição deste terreno é importante para o desenvolvimento da freguesia de Fazendas de Almeirim. Quero também deixar claro que, para o meu voto, foram

determinantes os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, relativamente ao projecto em discussão.-----

-----O Sr. Vice-Presidente, Pedro Ribeiro, afirmou:-----

-----"Para além dos aspectos culturais, de que o Sr. Vereador José Carlos falará, pela parte do Pelouro do Desporto este é um grande passo para que a Associação Desportiva Fazendense possa vir a ter uma sede condigna onde, para além de poder receber os seus associados, também tenha condições para que todos aqueles, nomeadamente os jovens, que praticam desporto, possam usufruir de um espaço agradável para despender as suas horas de lazer. E, estou certo, com isso toda a freguesia de Fazendas de Almeirim terá a ganhar, a todos os níveis."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos acrescentou presumir que esta operação tem cabimentação prévia.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que foi distribuído o documento com a cabimentação prévia a todos os Vereadores.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que quer cópia do cheque do pagamento do terreno, o que foi subscrito pela Sr<sup>a</sup> Vereador Manuela Cunha.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que os Srs. vereadores estão traumatizados por acontecimentos doutros Concelhos.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva referiu:-----

-----"Justifico o meu voto a favor pelo facto de poder, nem que seja só desta forma, dar o meu contributo para que a Vila de Fazendas de Almeirim tenha uma Casa da Cultura condigna com a sua condição de vila que hoje quer crescer e afirmar-se no Centro do Ribatejo."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário justificou a sua posição:-----

-----"Não voto, obviamente contra, no entanto tenho uma opinião diferente:-----

-----Junto ao Campo do Fazendense existem terrenos para sediar a Casa da Cultura, o Centro Escolar das Fazendas de Almeirim e outros. Parece-me um desperdício de meios adquirir os terrenos que propõe, bem como os do Centro Escolar.-----

-----Porque é que não convida todos os Vereadores a visitar, no local, os terrenos em causa.-----

-----Eu conheço-os e acho que todos iríamos ter uma opinião mais fundamentada e muito melhor para os interesses do Concelho, nomeadamente para a Freguesia das Fazendas."-----

-----O Sr. Presidente fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Votei a favor porque esta compra representa um aumento significativo de potencialidades, em termos culturais e desportivos e trata-se de uma parcela de terreno emblemática para o património de Fazendas de Almeirim.-----

-----Se nos lembrarmos que na última reunião a compra do terreno para o Centro Escolar de Fazendas, e de que ainda nesta reunião falámos também, do investimento na Herdade dos Gagos, quero dizer que está aí à nossa frente um investimento global de setenta milhões de euros na freguesia de Fazendas de Almeirim.--

-----Claro que isto é o que hoje consumamos, mas agora há que conseguir as verbas para construir alguns equipamentos.-----

-----Quanto à sua localização, considero que os terrenos junto ao Campo de Futebol do Fazendense terão bem mais aptidão para equipamento desportivo, e para isso o executivo também já iniciou contactos com os seus proprietários.-----

-----Com certeza que os executivos vindouros não deixarão de construir ali equipamentos do tipo campos de ténis, complexo de piscinas, sede do Fazendense, polidesportivo e outros."-----

-----ESTUDO PRÉVIO PARA OS TERRENOS A ADQUIRIR NA RUA MARECHAL CARMONA EM FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente apresentou, na sequência da deliberação anterior, a proposta de Estudo Prévio para urbanização dos terrenos a adquirir aos herdeiros de Guilherme Botas, na Rua Marechal Craveira Lopes, em Fazendas de Almeirim, elaborado pelos serviços municipais.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com a abstenção dos Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FAZENDENSE - Na

sequência das deliberações anteriores, o Sr. Presidente apresentou a sua proposta de celebração de um Protocolo com a Associação Desportiva Fazendense, que garanta a construção progressiva, por parte do Município, da sede do clube, para substituir a anterior.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----

-----**PERÍODO DO PÚBLICO**-----

-----No Período do Público usaram da palavra:-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, Engº Bastos Martins, que disse:-----

-----Que é a primeira vez que intervém numa reunião de Câmara, mas é levado a fazê-lo por afirmações proferidas em reunião, atentatórias do seu bom nome. Lamenta, e a acreditar no que, parece, consta duma Acta, ficou na dúvida quanto ao facto do seu amigo, Vereador Francisco Maurício, o ter atacado pessoalmente. O Sr. Vereador tem o direito de discordar, não tem é o direito de fazer insinuações muito graves que minam o bom nome das pessoas. O facto de, enquanto Presidente da Junta, ter ido ao encontro da pretensão da Câmara para conseguir um terreno central à Vila, para instalação de equipamento, num local para onde se fará o crescimento urbano, a um preço convidativo, não é merecedor de ser atacado com acusações de compadrio. Parte do terreno foi doado pela Junta de Freguesia ao Município, do qual não pagará um cêntimo. Quanto à outra parte, necessária para perfazer a área, foi incumbido de saber junto dos proprietários o seu interesse em vender. Por acaso o proprietário é seu primo em quarto ou quinto grau, mas é o dono do terreno anexo, necessário. E, vende-o, em moeda antiga a cinco mil e quinhentos escudos o metro quadrado. O outro terreno que o Sr. Vereador Maurício aconselho é vendido a dez mil escudos o metro quadrado e custaria cem mil contos, para além da localização não ser central à Vila.-----

-----E acrescentou que tudo isto foi feito na boa-fé, sem

entender de leis e apenas trabalhando para o interesse da terra, e a amizade entre ambos permitia que o Sr. Vereador lhe dissesse na cara que nutria qualquer desconfiança, o que acha muito grave é a insinuação. Hoje veio aqui propositadamente esclarecer a situação e saber o alcance do termo usado para o seu trabalho, de 'negociata'.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha pediu a palavra em defesa da honra para se dirigir a um elemento da assistência e lhe dizer que "O Sr. não faz mais observações sobre o que eu penso ou não, sem eu falar. Fica a saber que eu tenho problemas de audição." E dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia acrescentou que "Desde o primeiro dia de funções, entendeu tudo dever fazer para conhecer as leis e esforça-se para tal, por ser o dever de autarca. E o Sr. até tem um jurista no executivo. Quando o Vereador Francisco Maurício disse que o terreno é dum familiar seu, até pus em dúvida, mas afinal até é."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício, respondeu de maneira informal ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia:-----

-----"Não pretendi nunca ofender-te, não foi minha intenção, com certeza que não te ofendi. Quanto à pretensa ofensa, e não entendendo questões pessoais, recorro o texto da carta assinada ao almeirinese e o texto da carta dirigida ao Partido Socialista. Sem ser necessário dizer mais nada. Não pessoalizo as minhas divergências, nem com o Presidente da Câmara, as que tenho são políticas."-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim perguntou o que pretende a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha dizer com 'afinal até é'.-----

-----A autarca visada respondeu "Eu até pus a hipótese de não ser de familiar, mas afinal até é."-----

-----O Sr. Trindade disse que ficou admirado pelos membros da Câmara invocarem falta de investimento no Concelho. Recordar-se deste Concelho há mais de cinquenta anos e é patente o desenvolvimento dos últimos anos.-----

-----O Sr. Manuel Lucas disse que as traseiras dos prédios da

Rua dos Aliados estão num estado lastimoso, a precisar de pavimentação; e que o alcatroamento das ruas da feira está a ser destruído pelas estacas que os feirantes usam, o que podia ser obviado com a introdução de argolas chumbadas ao solo.-----

-----Sr. Juvenal Dias comentou que seria mais útil "se aproveitássemos melhor a energia para trabalhar em assuntos do interesse geral, em todas as reuniões de Câmara e deixássemos o desperdício com mesquinhices, e se pudermos começar na nossa casa a fazer um mundo melhor. Proponho que se deixem de guerras que não são produtivas."-----

-----Às dezoito horas e dez minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_